



O CONFLITO CONCEITUAL ENTRE ÁGUA MINERAL E ÁGUA POTÁVEL DE MESA

Claudiran De Oliveira Braz e José Reinaldo Pacheco Peleja

O termo “água mineral” é erroneamente empregado por pessoas que desconhecem as suas características e propriedades, gerando um uso indiscriminado deste produto. De acordo com a legislação brasileira, a água mineral é considerada recurso mineral e não recurso hídrico, ficando, portanto, sob a gestão do Departamento Nacional de Recursos Minerais (DNPM). O objetivo deste trabalho é realizar um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos relacionados à águas minerais e águas potáveis de mesa, com o intuito de orientar os consumidores para o seu devido uso. Para fazer a comparação dos conceitos, foi realizado um levantamento bibliográfico nas principais leis, códigos e decretos da legislação brasileira, tendo como principal fonte o Código de Águas Minerais (Decreto-lei nº 7.841/45). Mesmo antes da Constituição Federal de 1988, o governo brasileiro preocupou-se em tentar proteger um dos principais patrimônios naturais existentes no país, o então presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto-lei nº 7.841/45, que define em seu art. 1º, as águas minerais como “(...) aquelas provenientes de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que possuam composição química ou propriedades físicas ou físico-químicas distintas das águas comuns, com características que lhes confirmam uma ação medicamentosa”. O mesmo Decreto-lei conceitua o que se conhece por água potável de mesa como: “As águas de composição normal proveniente de fontes naturais ou de fontes artificialmente captadas que preencham tão somente as condições de potabilidade para a região”, conceito também empregado pela ANVISA que a denomina como “água natural” (Resolução ANVISA nº 54/2000). Por desconhecer tais conceitos, a população acaba consumindo águas minerais sem nenhum controle. Devido às condições em que se encontram, as águas minerais tendem a um nível de pH bastante ácido quando comparado à água natural, levando a crer que esta seria inadequada para consumo humano. A resolução 274/2005 da Diretoria Colegiada da Anvisa, determina o valor de pH ideal de água para consumo, porém, o seu texto afirma que este valor não se aplica às águas minerais, que devem ser consumidas com fim medicamentoso e sob orientação médica. As águas minerais são classificadas de acordo com sua composição química e nomeadas conforme seu elemento predominante, temperatura, radioatividade e presença de gases na fonte. A água potável de mesa pode ser comercializada, desde que contenha a sua classificação visível em seu rótulo com as especificações que determina a legislação, indicada para consumo humano quando não há interesse médico.

Palavras-chave: Água Mineral; Água potável de mesa; Legislação.